

CIDADE

204

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL SEXTA-FEIRA, 24/7/92

DF - economia

Roriz diz que corte é “inaceitável”

Governador espera retorno de Collor para pedir que as verbas destinadas à segurança do DF sejam mantidas

LUIZA DAMÉ

Assim que o presidente Fernando Collor retornar da Espanha, o governador Joaquim Roriz vai procurá-lo para discutir o projeto de reforma fiscal do Executivo e os cortes nos repasses de verbas para o DF. “A proposta é inaceitável. Não vamos concordar que a União deixe de custear a segurança pública do Distrito Federal”, reagiu Roriz, alegando que vai trabalhar pelo bem-estar de 1,6 milhão de habitantes.

O governador está confiante de que receberá não apenas o apoio dos parlamentares que compõem a bancada governista, mas de todos os eleitos pelo DF. “Nós vamos sensibilizar também os parlamentares de fora. Eles foram eleitos por outros estados, mas moram em Brasília e não podem concordar em retirar os recursos da segurança pública”, ponderou Roriz. Na sua opinião, o momento é de toda a comunidade lutar pela manutenção dos recursos da segurança e inclusão de verbas para saúde e educação.

“O repasse dos recursos é uma questão de justiça, pois Brasília é a capital de todos os brasileiros e parte da verba para sua manutenção deve caber à União”, argumentou o deputado Osório Adriano (PFL-DF). Na sua opinião, o Distrito Federal arca com o ônus de abrigar os três Poderes da República e as embaixadas — que não pagam impostos. Os deputados do DF estão otimistas com a possibilidade de modificar o projeto de reforma. “O projeto altera em muito a Constituição e por isso deverá ser amplamente discutido”, alertou o senador Valmir Campelo (PTB-DF).

Educação também fica sem recursos

O projeto de reforma fiscal em tramitação no Congresso ameaça não só o repasse de verbas para a segurança pública do DF, mas também a educação. O artigo 211 da Constituição, parágrafo primeiro, prevê que o Governo Federal dará suporte financeiro e técnico aos estados e Distrito Federal para o desenvolvimento do ensino de primeiro e segundo graus. Pela proposta, a União será responsável apenas pelas universidades federais que já estão funcionando. Isto significa que o Governo Federal não mais custeará a folha de pagamento da educação de Brasília.

A constatação é dos parlamentares que integram a bancada de apoio ao governador Joaquim Roriz no Congresso e que desde ontem estão se mobilizando para evitar cortes nas verbas de Brasília. “Na educação, os outros estados também serão prejudicados. Porém, não tanto quanto o Distrito Federal que depende 100% das verbas federais”, argumentou a deputada Eurídes Brito, líder do PTR na Câmara. A deputada reconhece que a reforma fiscal “atropelou” a bancada governista que pretendia incluir na revisão constitucional prevista para 93 a obrigação de a União custear a saúde e a educação do DF.

Audiência — Os parlamentares governistas do DF — que ontem pela manhã estiveram reunidos no gabinete do senador Valmir Campelo (PTB) e à tarde com Roriz — vão solicitar uma audiência com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, para tentar reverter a situação. “Nós apoiamos o projeto do governo, mas queremos ser ouvidos”, alertou o senador.

Dentro da estratégia de ação da bancada — integrada ainda pelo senador Meira Filho, deputados Benedito Domingos, Osório Adriano e Paulo Octávio (que não participou das reuniões porque está viajando) —, os seis parlamentares vão tentar apoio dos seus partidos. Os parlamentares governistas também vão tentar mobilizar os deputados federais do DF que fazem oposição ao governo Roriz. (L.D.)



Mobilizados contra a proposta de acabar com a obrigatoriedade de a União manter a segurança do DF, a bancada governista no Congresso se reuniu com Roriz

Jorge Cardoso/GDF